

**Revista Internacional de
Formação de Professores
(RIPF)**

**ISSN: 2447-8288
v. 1, n.1, 2016**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR DA
EDUCAÇÃO INFANTIL NA PROPOSTA CURRICULAR DE
SANTA CATARINA: primeiras aproximações**

**DESIGN SCHOOL EDUCATIONAL POLICY OF EARLY
CHILDHOOD EDUCATION IN THE CURRICULUM OF SANTA
CATARINA PROPOSAL: first approaches**

Submetido em 10 de janeiro de 2016

Avaliado em 15 de janeiro de 2016

Aceito em 10 de março de 2016

Simone Terezinha Feldhaus de
Souza

Pedagoga, Mestre em Educação. Docente da Universidade do
Planalto Catarinense. Contato: stfeldhaus@gmail.com

Maria de Lourdes Pinto Almeida

Docente e Pesquisadora do Programa de Pós Graduação Stricto
Sensu UNOESC-SC e URI – RS. Pesquisadora Associada do
Grupo Internacional de Estudos e Pesquisas em Educação
Superior – GIEPES UNICAMP. Diretora da Rede
Iberoamericana de Estudos e Processos em Educação Superior.
Contato: malu04@gmail.com

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA: primeiras aproximações

Resumo

A elaboração do referido artigo tem por objetivo analisar o discurso da Proposta Curricular de Santa Catarina – PCSC sobre Projeto Político Pedagógico – PPP - na área da Educação Infantil. Esta discussão foi elaborada a partir de pesquisa bibliográfica e documental que proporcionou subsídios acerca das questões que norteiam o conceito e a articulação que a Proposta Curricular de Santa Catarina – PCSC traz sobre a Educação Infantil, e o PPP. Entendemos que o mesmo é um documento necessário para articular as atividades e os projetos que serão desenvolvidos no decorrer do ano letivo, bem como toda a história da escola, métodos de avaliação e recuperação de aprendizagem. Este tema faz parte de um contexto educacional de inquietações e contradições que durante anos permeou e permeia ainda os entraves do chão da escola. Para tanto, a escola como espaço de formação humana, o PPP é um instrumento de concretização e forma de construção contínua com a participação de toda comunidade escolar. No decorrer desse artigo, algumas indagações surgirão: Será ele uma cobrança burocrática ou uma cobrança pedagógica? Sabe-se que o mesmo é um documento orientador das ações pedagógicas da instituição escolar, Nesse sentido, verifica-se que é necessário e oportuno a elaboração da ensinagem a luz da realidade do público interessado, sejam elas em qualquer segmento da educação, longe de “ditar” uma fórmula pronta, haja vista a demonstração infinita do horizonte educacional

Palavras- chave: Proposta Curricular de Santa Catarina. Educação Infantil. Projeto Político Pedagógico

DESIGN SCHOOL EDUCATIONAL POLICY OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN THE CURRICULUM OF SANTA CATARINA PROPOSAL: first approaches

Abstract

The preparation of this article is to analyze the discourse of the Curricular Proposal of Santa Catarina - PCSC on Pedagogical Political Project - PPP - in the area of early childhood education. This discussion was drawn from bibliographical and documentary research which provided subsidies on the issues that guide the concept and articulation that the Curricular Proposal of Santa Catarina - PCSC brings about early childhood education, and PPP. We understand that it is a necessary document for joint activities and projects to be developed during the school year and throughout the school's history, methods of assessment and recovery of learning. This topic is part of an educational context anxieties and contradictions that for years pervaded and still pervades the school ground obstacles. Therefore, the school as a space for human, the PPP is an enabling tool and form of continuous construction with the participation of the entire school community. Throughout this article, some questions arise: Is it a bureaucratic collection or a pedagogical collection? It is known that it is a guiding document of the educational activities of the school, In this sense, it appears that it is necessary and timely preparation of the teaching the light of the relevant public reality, whether in any segment of education, far from "dictate" a ready formula, given the endless demonstration of the educational horizon

Keywords: Curricular Proposal of Santa Catarina. Child education. Pedagogical Political Project

Introdução

Este texto tem por objetivo analisar o discurso da Proposta Curricular Catarinense – PCC sobre Projeto Político Pedagógico – PPP - na área da Educação Infantil. Este tema faz parte de um contexto educacional de inquietações e contradições que durante anos permeou e permeia ainda os entraves do chão da escola.

Esta discussão foi elaborada a partir de pesquisa bibliográfica que proporcionou subsídios acerca das questões que norteiam o conceito e a articulação que a Proposta Curricular de Santa Catarina – PCSC traz sobre a Educação Infantil, e o PPP. Entendemos que o PPP é um documento necessário para articular as atividades e os projetos que serão desenvolvidos no decorrer do ano letivo, bem como toda a história da escola, métodos de avaliação e recuperação de aprendizagem.

Percebendo a escola como espaço de decisão e de gestão democrática, podemos determiná-la como local de formação humana e o PPP como um instrumento para a concretização por meio de sua viabilização como forma de construção contínua e inovação com a participação dos diferentes personagens.

O PPP é o reflexo do cotidiano da escola e necessita de tempo para que haja reflexão e ação. Tempo este também para sua elaboração, com momentos de parada para estudo com a intenção de se ter o mínimo necessário para a consolidação dos objetivos propostos.

Para Veiga (2007, p.8), se a escola considera a formação humana como elemento primordial para a efetiva consolidação da democracia “[...] subentende que as instituições escolares sejam democráticas e permeadas pela solidariedade, pelo diálogo, pela compreensão e pela tolerância [...]” para com todos os protagonistas deste cenário, respeitando sua forma de agir e pensar.

Compreendemos, no entanto, que esta reflexão se dará no momento da elaboração do PPP, porém, não basta somente a reflexão, deverá ter uma ação por parte do grupo de profissionais e da comunidade desta unidade escolar de forma participativa e atuante coletivamente.

Sendo a pesquisa uma atividade humana e social, nós enquanto pesquisadores e membros de uma sociedade específica com valores e preferências, refletiremos nesse artigo os princípios que considerarmos relevantes para o momento, para tanto, optamos pela pesquisa bibliográfica.

Entende-se que o PPP é uma ação intencional e o resultado de um trabalho coletivo, que busca metas comuns que intervenham na realidade escolar, para tanto, é necessário coloca-lo em ação, não o deixando engavetado ou sendo criado por anônimos ao contexto em que a escola está inserida.

Em nossa sociedade, segundo Baffi (2002), vivemos numa época de “cultura de projetos”, sendo este o laço que marca a passagem do presente para o futuro. De acordo com Fagundes (1999, *apud* Baffi, 2002), ele é a atividade natural e intencional que se utiliza para construir conhecimentos e resolver problemas, tomando-se como instrumento indispensável de ação e transformação.

Será ele uma cobrança burocrática ou uma cobrança pedagógica? Cabe a cada profissional que ocupa uma cadeira em um estabelecimento de ensino, refletir sobre esta indagação. Se for burocrática, servirá apenas como formalidade, os pais serão clientes da escola, a colaboração de todos será em forma de obrigação sempre com um controle hierárquico; se for pedagógico, o professor estará caracterizado como corresponsável pelo progresso do aluno, o trabalho será coletivo e a colaboração será de forma prazerosa onde todos serão responsáveis e terão autonomia em suas ações.

Entendemos que não se pode permitir que ele seja apenas um elemento do “modismo”, e que de fato, transcenda o simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversificadas, ultrapassando os limites dos muros da escola.

Estamos no século XXI e a educação apresenta resquícios do início da nossa história, quando, segundo Monlevade (2000, p. 13) “[...]o mandonismo da sociedade impera e emperra a escola pública do Brasil.”. A instituição de ensino, muitas vezes, permanece autoritária, a desigualdade não é combatida, os portões permanecem fechados para os pais e quando o aluno adentra a sala de aula as portas se fecham e esquece-se de onde ele veio e quem é ele. Sua história é primordial para o entendimento de várias situações dentro do ambiente escolar como sua aprendizagem e seu comportamento. Para isso é preciso conhecer o contexto da criança e a comunidade onde a unidade escolar está inserida e isso se dará com o comprometimento, amadurecimento e a humildade do profissional de educação.

O Projeto Político Pedagógico, documento orientador das ações pedagógicas da instituição escolar, considera a mesma com um todo, em sua perspectiva estratégica. Desta forma, torna-se uma ferramenta para auxiliar a escola a deliberar suas prioridades, assim as transformando em propósitos educacionais concretos com o objetivo de alcance de tais metas, bem como, mensurar os resultados e avaliar o desempenho.

Nesse sentido, o objetivo principal da elaboração deste documento por uma instituição educativa não está ligado apenas às exigências legais ou aos aspectos relacionados ao cumprimento de sua formalização textual, mas, sim, à qualidade conseguida ao longo do processo de sua elaboração, uma vez que o PPP somente se constituirá em referência para as ações educativas se os sujeitos da comunidade escolar se reconhecer nele, para referendá-lo como tal. Vale lembrar que cada unidade de ensino possui suas características. Um Projeto Pedagógico de uma escola pode não dar resultado em outro, tendo em vista que há peculiaridades regionais a serem observados.

De acordo com Ferreira (2003), a formulação do PPP em uma instituição escolar se apresenta como necessário e urgente, pois representa uma leitura do contexto sócio, político, econômico e cultural daquela comunidade onde a escola está situada e ainda, de toda a sociedade da qual as pessoas fazem parte, portanto, é o ponto de referência da escola.

A elaboração do PPP é de competência da instituição, baseando-se na realidade daquele local. É uma construção coletiva de conhecimento que vai se aperfeiçoando e concretizando no decorrer da caminhada. Ele serve para solucionar problemas e transformar a prática pedagógica possibilitando re-significar a ação de todos os envolvidos na escola. Neste sentido, Vasconcellos (2005, p.173) afirma:

Quando vemos escolas fazendo projeto “porque o MEC está a exigir”, é claro que não podemos esperar muito diante deste risco de manipulação. Por outro lado, quando a escola despertou para a necessidade de se definir, de construir coletivamente sua identidade e de se organizar para concretizá-la, então o projeto pode ser um importante instrumento de luta e, inclusive, de denúncia, no caso de omissão da mantenedora.

Partindo deste pressuposto, que quando somos cobrados, exigidos e pouco estimulados, este projeto pode não ser de acordo às necessidades educacionais daquele local e naquele momento, é preciso ter momentos de parada para estudos e debates sobre o PPP. Com o comprometimento de todo o grupo envolvido, a realidade social, política e os problemas que a escola possa ter, tanto no âmbito de aprendizagem como a disciplina poderão ser amenizados, mas para que isto aconteça Veiga (1995, p. 13) alerta que:

O projeto não é algo que se é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado por todos em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

A LDB/96, põe em questão a construção do PPP, no sentido de reconhecer a capacidade da escola de planejar e organizar sua ação política e pedagógica a partir da gestão participativa em todos os segmentos da comunidade escolar (corpo técnico-administrativo, docentes, alunos, pais e comunidade), num processo dinâmico e articulado. Refere-se à educação básica como resultado da soma e consequência da educação infantil, ensino fundamental e do ensino médio.

Para Galera (2003, p.02), faz-se necessário “[...] entender que o projeto político-pedagógico tornou-se o principal elo entre a escola e a Comunidade”. Segundo ela, será através do PPP, o qual assume valor articulatório que se dará a autonomia construída no cotidiano. Pois a vivência dessa prática nos leva a compreender que a discussão da construção do PPP se concretizará quando colocado na realidade escolar e da sociedade.

Verifica-se que é necessário e oportuno a elaboração da ensinagem a luz da realidade do público interessado, sejam elas em qualquer segmento da educação, longe de “ditar” uma fórmula pronta, haja vista a demonstração infinita do horizonte educacional, e como relata Saviani (1997, p. 238), “[...] transformar para adequar a educação às necessidades e aspirações da população [...]”.

O PPP veio para sustentar e nortear os interesses da escola. A rigor toda instituição escolar deve planejá-lo dentro de um contexto legal e atendendo as reais necessidades em particular, não apenas por ser obrigado a confeccioná-lo, mas sobretudo, estar ativo, atuando no cotidiano da unidade de ensino, estando presente neste “teatro¹”, toda a comunidade escolar.

De acordo com Ferreira (2003), todo Projeto Pedagógico é PPP na medida em que se faz contextualizar a partir de diagnósticos das realidades escolares. Ele, sendo bem elaborado, com compromisso e responsabilidade questiona as bases da ação, tanto do administrativo, quanto docentes e discentes, exigindo assim atitude, postura e maturidade dos envolvidos.

Entretanto, lembramos que o PPP não deve restringir-se apenas às discussões e reflexões, com encontros sistematizados e formalizados, baseando-se no coletivo para que o resultado do processo reflexivo não se perca no esquecimento, e sim, que haja discussões, análises, reflexões, estudos e “ação”.

Entendemos que este documento não pode ficar engavetado, deve ser utilizado para servir cada vez melhor aos anseios da comunidade escolar, realçando o papel mediador e transformador da educação, que não seja apenas um documento burocrático e cheio de palavras bonitas.

Para falar um pouco sobre o PPP a nível nacional, precisaremos citar o Banco Mundial como um dos grandes responsáveis pelo financiamento educacional no Brasil, bem como, nos mandos e desmandos dentro das políticas públicas para a educação.

Origem do Projeto Político Pedagógico em Nível Nacional

Convém esclarecer ao leitor que durante esta pesquisa trataremos deste tema com a nomenclatura de “Projeto Político Pedagógico” por entender que, segundo Gadotti (2001), todo projeto pedagógico é necessariamente político, então poderíamos chamá-lo apenas de projeto Pedagógico, entretanto, para dar maior destaque ao político dentro do pedagógico, resolveu-se desdobrar o nome. Para ele, todo projeto ao ser construído precisa de uma direção política, justificando assim seu nome para que não seja confundido com planos de ensino e projetos pedagógicos, todavia, estes fazem parte do PPP, mas não é a sua totalidade.

Para Veiga (1995), o PPP, carregando o caráter de projeto cumpre a função de dar um rumo, uma direção à instituição. Aliamo-nos a essa autora, quando destaca o caráter político e o caráter pedagógico deste documento. Para ela, o termo projeto pedagógico se compromete ao sócio político e vai ao encontro das necessidades coletivas e reais daquela comunidade, daquele local, do meio onde esta instituição escolar está inserida. Político, vinculado ao comprometimento com a constituição do cidadão para uma determinada sociedade civil e pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos.

Na década de 90 do século XX, sabe-se que o Banco Mundial atribuía prioridade a educação básica, com isso, induziu o Governo Federal Brasileiro a criar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério, o FUNDEF, um instrumento que serviu para redistribuir verbas, focado apenas em uma parcela da educação, o ensino fundamental (1ª a 8ª séries). Essa era a política do Banco Mundial imposta à educação pública brasileira, incentivando a expansão da educação infantil, ensino médio e superior pela via da privatização.

No entanto, conforme Silva (2003), não se pode esquecer as discussões em torno do conteúdo da LDB/96 antes da sua aprovação, como também, os encontros que procederam a aprovação da Lei 10.172 (2001), que culminou na normatização do Plano Nacional de Educação. Foram nesses momentos, em que apoiados pelo Banco Mundial, o governo não considerou o debate que havia sido construído por uma parcela da população brasileira preocupada com a educação.

Percebe-se a dificuldade de algumas escolas em elaborar o seu PPP e tê-lo como referência. Algumas utilizam o mesmo do ano anterior e apenas fazem algumas modificações, ou ainda, recebem semi prontos de outra escola e fazem os ajustes.

Para Silva (2003), no final dos anos 80 e início de 90, o movimento dos professores em defesa da escola pública, discutiam e exerciam uma postura ativa, exigindo que o PPP da escola também fizesse parte das discussões. Porém, esse momento coincidiu com a necessidade do Governo Federal em retomar as negociações por empréstimos para a educação no Brasil, com isso, a política do poder na educação aparece com mais nitidez, pois, desde os estudos preliminares até o relatório final, encontra-se a cooperação externa na política educacional, onde, o governo usa o Ministério da Educação e Cultura e os Secretários da Educação para viabilizá-las na prática, criando metas a serem cumpridas e os pagamentos em dia dos empréstimos liberados. Essa é a educação pública brasileira, onde os professores são cobrados por metas impostas por agentes externos?

Fica claro o jogo de interesses, onde países ricos fazem seus desmandos contra os países subdesenvolvidos. Essas ações refletem nas ações pedagógicas, no interior das escolas, através de avaliações que vêm prontas da secretaria da educação, sendo assim um processo de avaliação deslocado do processo de ensinagem, primando mais a quantidade, o valor numérico, a nota, do que o saber do aluno, se o mesmo desenvolveu novas habilidades e adquiriu novos conhecimentos.

A escola ainda é um templo do saber, de aprender, compartilhar, construir afetos, desejos, valores, sonhos, socializações, e isto deve ser resgatado na construção do PPP. Mas, para que isto aconteça, o PPP da escola pública, não pode ser apenas uma peça documental para ser arquivado, ele é o eixo norteador das ações educativas e necessita ser manuseado por todos os integrantes do processo educacional daquela unidade de ensino. Ele revelará quem é a comunidade escolar, seus desafios referentes a formação, autonomia e gestão democrática.

Para Silva (2003), temos o desafio de recolocar o PPP novamente no centro das discussões e práticas, pois, muitas vezes as escolas criam outros projetos e planos de ensino e diante de tantos procedimentos burocráticos a serem cumpridos o PPP fica no esquecimento, e é importante ressaltar que o mesmo é um instrumento importante para construção de uma gestão democrática.

Percebe-se então, que cabe a escola e às pessoas que nela atuam tomar decisões, eleger prioridades, não aceitar passivamente imposições de pessoas alheias ao contexto e realidade local sem discuti-las, pois cabe à escola, coletivamente, a preocupação e a responsabilidade por uma formação de qualidade.

Por meio desse contexto de lutas e discussões, tanto na formulação da LDB 4024/61, a 5.692/71 (Reforma do Ensino de Primeiro e Segundo Graus), a 9394/96, quanto à mudança da legislação em vigor, Saviani (1997, p. 34), afirma “[...] que se foi impondo cada vez mais fortemente a exigência de se modificar por inteiro o arcabouço da educação nacional [...]”, com vistas a instalação de um governo civil, segundo ele chamada de Nova República, e a elaboração da Nova Constituição Federal.

De acordo com a LDB/96, em seu artigo 12, inciso I, prevê que "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, tem a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica". Esta Lei, conforme Monlevade (2001, p.131), “[...] é atravessada pelos eixos da flexibilidade, da autonomia, da responsabilidade, do planejamento, da participação”. Indicando-nos que esta nova escola precisa de uma identidade.

Portanto, o norteador da mesma será sua Proposta Pedagógica, que segundo ele, chamada pelas administrações progressistas de PPP, são no entanto, um referencial de qualidade da ensinagem, fica então, explícita a ideia de que a escola não pode prescindir da reflexão sobre sua intencionalidade educativa. Assim sendo, o PPP passou a ser objeto prioritário de estudo e de muita discussão.

Percebemos assim, que com a descentralização do ensino se efetiva a real autonomia da escola, pois, através da municipalização do mesmo, as instituições escolares poderão argumentar e tomar decisões necessárias para o bom desempenho da escola. Contudo, através do diálogo a gestão democrática com a participação de todos, poderá elencar as prioridades da comunidade.

Concluimos que, longe de ser um documento meramente burocrático, o PPP fomenta a participação de toda comunidade escolar com vistas a dar um novo sentido a esta instituição de ensino, proporcionando discussões em torno das necessidades de se organizar um planejamento para orientar as atividades educacionais de acordo com as suas necessidades.

A elaboração e articulação do PPP na educação infantil, requer uma reflexão de como a escola está articulando-o como instrumento de apoio e alinhando a teoria com a prática.

Portanto, conhecendo a origem do PPP e seus desdobramento a nível nacional, partiremos agora à PCSC, para avaliarmos o que a mesma fala sobre este documento.

A busca do saber e aprender transforma-se numa atitude prático-reflexiva que leva à construção do conhecimento. O planejamento participativo poderá constituir-se num instrumento pedagógico e político de mudança. Para Veiga, (1995, p. 94) a participação de todos é imprescindível para o resultado esperado: “[...] deixo um convite a tantos quantos ainda acreditarem que a História pode ser escrita por muitos autores, homens comuns, alunos de nossas escolas”.

Acreditamos que esta pesquisa será de fundamental importância para investigar e discutir qual o discurso da PCSC sobre a educação infantil e articulação desta teoria a uma proposta de PPP para esta área específica da educação, pois, percebemos que existem poucas referências sobre este assunto. Diante desta questão, Demo (1998), assim se refere,

Existindo projeto pedagógico próprio, torna-se bem mais fácil planejar o ano letivo, ou rever e aperfeiçoar a oferta curricular, aprimorar expedientes avaliativos, demonstrando a capacidade de evolução positiva crescente. É possível lançar desafios estratégicos, como: diminuir a repetência, introduzir índices crescentes de melhoria qualitativa, experimentar didáticas alternativas, atingir posição de excelência (DEMO, 1998, p. 248).

Nesse sentido, partindo do pressuposto que o PPP orienta todas as ações educacionais, tanto pedagógico, quanto administrativo, necessita da participação de todos que compõem a comunidade escolar, desde alunos, pais, professores e funcionários. No entanto, para uma escola democrática que atenda as necessidades do meio onde está inserida, esta participação deve estar evidenciada na elaboração e articulação desse documento.

Para Zanlorenço (2008), é preciso haver uma parceria entre a comunidade e a escola e isto se dará através de uma abertura de espaço amparada na gestão escolar participativa, é a oportunidade da participação efetiva e com responsabilidade da comunidade no ambiente escolar auxiliando nas decisões relativas aos rumos a serem seguidos pela instituição:

Para que os gestores das escolas efetivem um trabalho articulado com sua equipe de trabalho, devem ter como objetivo principal, criar um ambiente de solidariedade humana e de responsabilidade mútua, sem paternalismo, sendo justo e firme nas situações do cotidiano escolar, dividindo a autoridade entre os vários setores da escola. O diretor não estará perdendo poder, mas dividindo responsabilidades e assim a escola estará ganhando poder (ZANLORENÇO, 2008, p.02).

A atividade dos gestores é de extrema importância, sempre pautada no diálogo aberto para o bom desenvolvimento do seu trabalho, proporcionando um clima de respeito onde todos possam atuar com competência e igualdade de direitos, bem como motivar o grupo para o trabalho coletivo.

Uma escola democrática é resultado do comprometimento e da ação mútua de todos os envolvidos, pois, conforme Zanlorenço (2008, p. 06), a escola é de todos e deverá estar aberta a todos. Quanto maior a participação, maior será a aproximação entre os membros da escola formando o que a autora chama de uma “coletividade atuante”.

Uma vez que se instaure na escola espaços de reflexão sobre sua prática, elaboração e registro das diretrizes pedagógicas estarão dados as condições para as mudanças necessárias, para se rever a prática já estabelecida, para construção de uma escola democrática, que tenha por princípio o respeito à criança e a garantia da Infância na escola. Para que, de fato, o ensino aconteça e a aprendizagem se realize, é necessário atuar com competência para se construir o diálogo e o companheirismo ético. Para Gadotti (2001), na gestão democrática, a direção é escolhida pelo reconhecimento de sua competência e habilidades de liderança.

O PPP define políticas, organiza ações, otimiza recursos humanos, materiais e financeiros, mobiliza os diferentes setores na busca de objetivos comuns e por ser de domínio público, permite constante acompanhamento e avaliação. Para Veiga (1995, p. 113), “[...] em suma, o Projeto Pedagógico dá voz à escola e é a concretização de sua identidade, de suas racionalidades interna e externa e, conseqüentemente, de sua autonomia”.

A construção e articulação do PPP na educação infantil, requer momentos intensos de estudo e colaboração coletiva, pois, ela é considerada a primeira etapa da educação básica, atendendo crianças de 0 a 6 anos de idade. Conforme o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, a criança um ser historicamente construído, no entanto, muitas são exploradas pelos adultos e vivem em condições muito precárias, tanto sociais, quanto afetiva.

Sendo a criança um sujeito de direitos, necessita desenvolver-se num ambiente adequado onde nenhum fator deverá influenciar negativamente no seu desenvolvimento. Percebemos que a espontaneidade precisa ser respeitada e a instituição de ensino oferecer-lhe atividades diversificadas.

Dentre as várias situações que estimulam o seu desenvolvimento, o professor como agente facilitador é o principal mediador na ampliação das diversas formas de aprendizagem, como na interação com os demais, propiciando também um ambiente rico e acolhedor.

Educação Infantil na Proposta Curricular de Santa Catarina

Trabalhar a concepção de infância em uma perspectiva histórica demanda compreendê-la como fruto das relações sociais de produção que engendram as diversas formas de ver a criança e produzem a consciência da particularidade infantil. Neste sentido, a concepção de infância varia de acordo com a cultura onde ela é concebida (SANTA CATARINA, 1998, p.12).

Verificaremos, então, a PCSC sobre este assunto, resgatando a seguir o momento histórico em que ela foi elaborada e quais os responsáveis pela sua construção.

No Brasil, após o período ditatorial, civil e militar que acabou em 1985, aconteceram as primeiras eleições diretas, em 1986, para governadores estaduais. A partir de então, a maior parte dos estados brasileiros passaram a elaborar suas propostas curriculares para a educação, no entanto, em Santa Catarina ocorreu entre os anos 1988 e 1991 a elaboração da primeira Proposta Curricular do Estado.

Em 1995, no estado Catarinense, um “Grupo Multidisciplinar” foi formado através de um edital divulgado em todo o estado para que os educadores interessados pudessem se candidatar, sendo que os critérios adotados para as referidas escolhas foram à nível de formação acadêmica (titulação).

Os profissionais da educação selecionados tinham a atribuição de incorporar e organizar a PCSC/98 com o que havia de mais atual nas discussões da época sobre o ensino, porém, acessível a possibilidade de que todos os educandos pudessem aprender.

Este grupo de profissionais da educação passou a analisar a primeira versão da referida Proposta, construindo uma versão preliminar que foi enviada às escolas estaduais para apreciação, análise, críticas e sugestões que viessem a contribuir com o ensino público estadual. Após dois anos de estudos sistemáticos, a equipe de professores que foram selecionados e dispensados vinte horas semanais de suas funções nas escolas, reorganizaram e formaram assim a segunda versão, tendo como eixos norteadores a concepção de homem e a concepção de aprendizagem, composta por três volumes contendo: as disciplinas curriculares; os temas multidisciplinares e as disciplinas de formação para o magistério, datados em 1998.

No ano de 2003, a Secretaria de Estado da Educação, dá início a uma nova fase com uma proposta de “[...] garantir a transposição da teoria substanciada nos documentos publicados para a prática em sala de aula” (SANTA CATARINA, 2005, p. 10), com enfoque na formação continuada dos professores. Para isso, em 2004, organizaram-se seis Grupos de Trabalho tendo como objetivo elaborar e socializar a nova versão da Proposta, incluindo seis temas multidisciplinares que fossem relevantes para o momento histórico em que passava o estado catarinense.

Percebe-se que não consta nenhum registro de como foi feita a seleção destes profissionais que compuseram estes seis Grupos de Trabalho. Os seis temas propostos e publicados na versão de 2005 foram: educação e infância; alfabetização com letramento; educação e trabalho, educação de trabalhadores; ensino noturno e educação de jovens.

A partir de um marco teórico, os educadores catarinenses que formularam a versão da Proposta de 2005, optaram pela coerência do pressuposto histórico-cultural de aprendizagem, também citado na versão de 1998.

De acordo com a própria Proposta de 2005, a formação dos educadores da rede estadual de educação seria sobre os conceitos referenciais da Proposta, de modo que todos possam conhecê-la para articular as opções metodológicas com a suas práticas docentes, visando a integração da teoria com a prática. E ainda,

[...] as Secretarias de Educação e as Gerências Regionais vêm fazendo um esforço bastante significativo para re-significar os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, com o firme propósito de transformá-los no principal instrumento coletivo de mobilização pedagógica na direção da ampliação das oportunidades de aprendizagem para todos (SANTA CATARINA, 2005, p. 12).

O objetivo da PCSC/98 foi efetivar um espaço de educação para atender crianças de 0 a 6 anos de idade na rede pública do estado, pensando num documento norteador para a educação básica. Embora não localizando a PC-SC/91, tivemos alguma ideia do seu conteúdo relatado na PC-SC/98 e 2005. Esta nova proposta de 1998 buscou contextualizar o momento histórico abordando “[...] as questões teórico-práticas necessárias à efetivação” (SANTA CATARINA, 1998, p. 12).

Para PCSC/98, a concepção de infância demanda compreender as relações sociais e as variadas formas de ver a criança. No entanto, a concepção de criança varia conforme a cultura onde ela está inserida. O atendimento às crianças de 0 a 6 anos era realizada em pré-escolas atendendo as de 4 a 6 anos num período de 4 horas diárias e para as crianças de 3 meses a 6 anos seriam atendidas em período integral.

A elaboração e organização sobre a PCSC/98 aborda a Educação Infantil visando pontuar os fundamentos e os pressupostos teóricos e metodológicos de trabalho com crianças de até 6 anos “[...] tendo como princípio a formação da criança enquanto sujeito histórico – social” (SANTA CATARINA, 1998, p. 12).

Entretanto, um estudo sobre a concepção de infância foi realizado pelos formuladores desta Proposta, abordando a construção deste conceito num estudo minucioso desde a idade média para a compreensão da mesma na contemporaneidade.

Para a PCSC/98, no atual contexto social está se consolidando uma nova concepção de infância, para isso, faz-se necessário uma proposta pedagógica adequada a esta faixa etária, diferenciando-a do modelo ora utilizado pelo ensino fundamental.

Além de promover o desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social da criança, deve ainda, desenvolver a apropriação do conhecimento científico através da interdisciplinaridade.

Afirma ainda que “[...] a educação é uma prática social que precisa da contribuição das outras áreas do conhecimento fundamentando o seu trabalho, de forma interdisciplinar” (SANTA CATARINA, 1998, p. 15). Dentre as várias categorias que fundamentam a PC-SC/98, aparecem as

consideradas mais importantes, “Emoção, Imitação e Representação, Movimento, o Eu e o Outro” fundamentados em Wallon (1981) e Vygotsky (1991).

Para organizar o trabalho pedagógico dentro da instituição escolar, a PCSC/98 afirma que depende das competências e responsabilidades dos educadores.

A primeira referência fundamental está na articulação com a proposta de educação desenvolvida na instância mais ampla (Proposta Curricular da Rede Estadual de Educação); e, como esta é traduzida no âmbito da instituição de educação infantil, através do Plano Político Pedagógico (SANTA CATARINA, 1998, p.22).

Entretanto, compartilhamos com a PCSC/98 ao afirmar que cada sistema de ensino precisa ter a sua proposta curricular, voltada para a concepção de homem, sociedade e educação, de acordo com a realidade local, considerando suas características e especificidades.

Utilizando os eixos organizadores para tornar concreta esta Proposta para a Educação Infantil, foi citado a linguagem, brincadeira, interação e a organização espaço-temporal. Todavia, é através da intencionalidade da atuação do educador e a sua mediação que estes eixos possibilitarão o desenvolvimento e a elaboração de conhecimento pela criança.

Na PCSC/2005, o desafio foi a articulação entre Educação Infantil com viés a desmistificar a ideia de que o conhecimento é no ensino fundamental e a Educação Infantil é para atender a infância.

Arce (2010), discute este mesmo assunto dizendo que a Educação Infantil precisa ser vista, respeitada e executada para além do assistencialismo ou como um preparatório para o ensino fundamental. Para ela é preciso assegurar que as crianças tenham os seus direitos respeitados, “[...] que as crianças brasileiras tenham o direito a um ensino de qualidade que leve ao real desenvolvimento de todas as suas potencialidades humanas” (ARCE, 2010, p. 35).

As abordagens sobre a Educação Infantil nas PCSC, reforçam a necessidade da elaboração ou reformulação do PPP especificamente para esta área, haja visto, que poucos municípios apresentam uma proposta norteadora para esta área específica da Educação Básica.

Projeto Político Pedagógico na Proposta Curricular de Santa Catarina

O PPP na Proposta Curricular de Santa Catarina ocupa apenas duas páginas de conteúdo na versão de 1998, onde justifica e define os conceitos do mesmo:

É construído com o envolvimento de todos, pela discussão, análise e posicionamento, e se organiza a nível pedagógico e político. Político, porque intencionamos a formação de um determinado tipo de homem, escola, e sociedade, sendo necessária a interferência nesta direção, comprometendo-nos com a concretização desta intencionalidade. Pedagógico, porque

efetivamos estas concepções através da ação educativa, que deve nos remeter a uma reflexão sobre a relação do homem no mundo e com o mundo e a explicação destes determinantes. Por ser um projeto, não estará pronto e acabado, uma vez que se supõe uma busca constante de alternativas viáveis à efetivação do trabalho pedagógico [...] (SANTA CATARINA, 1998, p. 101).

Por concordarmos com o exposto na citação acima, e ainda com Gadotti referenciado nesse texto, reforçamos aqui que a palavra “pedagógico” permanecerá, e percebemos que a referida palavra tem um valor educativo que representa algo a ser compreendido e assimilado num contexto educacional, neste caso, a escola, lugar de superação, assimilação, conhecimento, estimulação e reflexão.

De acordo com a PC-SC/98, o diagnóstico da comunidade para elaborar ou reformular o PPP não se dará em uma semana de aula, e sim, no decorrer de todo o ano letivo e se renova sempre que necessário. Através desta compreensão que o trabalho coletivo terá resultados positivos de forma democrática.

Conforme o homem e a sociedade que se quer, é necessário e oportuno primeiramente conhecer a comunidade escolar através do diálogo permanente.

A partir da PC-SC/98, que tem como principal norteador a “mediação”, sendo de extrema importância para o trabalho coletivo. Se a mediação for eficaz, ofuscará as diferenças entre os membros da comunidade escolar, fazendo com que os diferentes saberes se agrupem na re-elaboração do PPP.

Consta ainda na PC-SC/98 sobre o PPP, que os currículos devem ser definidos e os conteúdos selecionados coletivamente e não deixar nas mãos de livros didáticos exclusivos.

A avaliação, como processo pedagógico, se dará em vários âmbitos, no entanto, de acordo com a PC-SC/98, terá lugar privilegiado no PPP, por entender que é um processo que acontece todo o tempo e em todos os segmentos. E ainda,

Entendendo-se que o projeto político-pedagógico é, essencialmente, um fórum de discussões (e não só um plano no papel) que norteia todo o trabalho da escola desde as ações cotidianas (lanche, uniforme, horários, etc) até as mais complexas (decisões a nível político-cultural) torna-se, também, um espaço de formação profissional, junto com vários outros momentos como os cursos de formação e capacitação (SANTA CATARINA, 1998, p. 103).

Convém esclarecer ao leitor que, entre as páginas que falam do PPP na educação, a PCSC/98 em nenhum momento, cita os termos educação infantil, educação básica ou ainda, ensino médio, dos quais ele é responsável e co-responsável. Refletimos então, sobre a precariedade, ou ainda, a

inexistência de informações sobre o PPP nos diversos níveis de ensino, principalmente a educação infantil. Sua preocupação é com a participação da comunidade, currículo e avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de realizarmos uma investigação bibliográfica e documental e teve início a partir de questionamentos, indagações e inquietações profissionais na área de Educação Infantil, chegamos a conclusão que a própria proposta curricular catarinense já é um projeto político pedagógico com o objetivo de orientar todos os níveis da educação no Estado. Mas devemos lembrar sempre que a Educação Infantil possui especificidades e essas deveriam constar na PCSC.

Vale sempre a pena lembrar que a busca do saber transforma-se numa atitude prático-reflexiva que leva à construção do conhecimento e o planejamento participativo pode constituir-se em um instrumento pedagógico e político de mudança. Para Resende (1995, p. 94), a participação de todos é imprescindível para o resultado esperado e, assim: “[...] deixo um convite a tantos quantos ainda acreditarem que a História pode ser escrita por muitos autores, homens comuns, alunos de nossas escolas”. Percebemos, portanto, que há necessidade da construção de um documento mais elaborado e embasado teoricamente na própria PCSC que possa primar pela qualidade na Educação Infantil. Esperávamos encontrar no texto da PCSC uma teoria mais específica sobre o PPP na área que estamos trabalhando mas concordamos com alguns historiadores da educação de Santa Catarina quando afirmam que a Proposta em si poderá atuar como um projeto pedagógico.

A Proposta Curricular de Santa Catarina tem por base o fundamento sociointeracionista que prevê uma profunda relação entre a história e o contexto de cada ser. Desta forma, ao priorizar um documento a nível nacional e não dar a devida importância à Proposta Curricular do Estado, e tampouco estruturar um documento que tenha um embasamento teórico e filosófico para a Educação Infantil, a maioria dos municípios está primando pelo favorecimento que a municipalização trouxe como modo de legitimar sua autoridade local. Desse modo, caminham em sentido contrário ao que se preconiza para uma educação de qualidade.

Nesse sentido, o objetivo principal da elaboração de um projeto político pedagógico por um órgão educativo deve constituir-se de referência, para tanto, esses sujeitos que compõem a comunidade escolar necessitam se reconhecer no PPP para assim referenciá-lo. Contudo, este documento precisa ser reconhecido como necessário e não meramente burocrático para seguir às exigências legais ou apenas uma estruturação textual.

Entretanto, para que isso se concretize, se faz necessário uma parceria entre a comunidade e a escola e isto se dará por meio de uma abertura de espaço amparada na gestão escolar participativa. Entendemos isso como a oportunidade da participação efetiva e com responsabilidade da comunidade no ambiente escolar, auxiliando nas decisões relativas aos rumos a serem seguidos pela instituição.

A educação é um processo político de conscientização sobre as infinitas dimensões que compõem a escola. Na Educação Infantil, o trabalho interdisciplinar representa a possibilidade de a criança agir criticamente em sua própria realidade, por meio da apropriação do conhecimento não mais fragmentado, mas na sua totalidade. O professor servirá como o mediador e levará a criança a compreender a sua realidade e querer transformá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCE, Alessandra. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e o Espontaneísmo. In ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia (orgs.). **Quem tem Medo de Ensinar na Educação Infantil?** Em defesa do ato de ensinar. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

BAFFI, Maria Adelia Teixeira. **Projeto Pedagógico: um estudo introdutório.** Pedagogia em Foco, Petrópolis, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/gppp03.htm>>. Acessado em: 03/01/12, às 10:58

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** *Diário Oficial da União.* Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei n. 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. **Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** *Diário Oficial da União.* Brasília, DF, 11 ago. 1971.

_____. Presidência da República. Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,* Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____. Lei nº. 9.424, de 24 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério,** na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. *Legislação,* Brasília, DF, dez. 1996.

_____. Ministério da educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil.** Vol. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação.** 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. *Gestão Educacional e Organização do Trabalho Pedagógico.* Curitiba: IESDE, 2003.

GADOTTI, Moacir. “Projeto político pedagógico da escola: fundamentos para sua realização”. In: GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustaquio (orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GALERA, Joscely Maria Basseto. **A Implementação de Políticas Educacionais e a Gestão como um Processo de Inovação: A experiência na região sudoeste do Paraná, Sul do Brasil.** Tese de

Doutorado. Unicamp, Campinas/SP, 2003. Disponível em : < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000317300> >.

Acessado em 02 dez. 2011, às 11:14

MONLEVADE, João A., SILVA, Maria Abádia da. **Quem Manda da Educação no Brasil?** Idéa Editora, Brasília, 2000.

_____. **Educação Pública no Brasil:** contos & de\$contos. Ceilândia-DF. Idéa Editora, 2ª edição, 2001.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: **Temas Multidisciplinares.** Florianópolis: COGEN, 1998.

_____. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina.** Florianópolis: IOESC, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação:** trajetórias, limites e perspectivas. 3ª ed. Campinas, SP. Autores Associados, 1997.

SILVA, Maria Abádia da. **Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira.** Cad. CEDES. vol. 23, nº.61. cadcedes@cedes.unicamp.br. Unicamp. Campinas. 2003. disponível em : < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622003006100003&script=sci_arttext >. Acessado em 16 jan. 2012, às 00:24

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico.** São Paulo: Libertad Editora, 2005.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. **Quem Faz a Hora de Construir O Projeto Político-Pedagógico.** Campinas, SP: Papirus, 2007.

ZANLORENÇO, Margarete Klossowski, SCHNEKENBERG, Marisa. **Liderança e Motivação na Gestão Escolar:** o trabalho articulador dos diretores das escolas municipais. *Revista Eletrônica Lato Sensu – Ano 3, nº1, março de 2008. ISSN 1980-611. <http://www.unicentro.br> - Ciências Humanas.* Disponível em:

http://web03.unicentro.br/especializacao/revista_pos/p%C3%A1ginas/3%20edi%C3%A7%C3%A3o/humanas/pdf/21-ed3_ch-liderancamo.pdf. Acesso em 11 set 2011. acessado em 11 de set de 2011 às 14:48 hs.

1 O sentido da palavra “teatro” nesta frase, significa o local, neste caso a escola, onde todas as pessoas estão envolvidas no processo.